Apresentação: 12/04/2024 17:08:08.580 - CFFC
REQ n.95/2024

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita que seja convocada a Excelentíssima Senhora Esther Dweck ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para prestar esclarecimentos sobre os cortes de verba de bolsas de estudo, educação básica e Farmácia Popular.

Senhor **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que Solicita que seja convocada a Excelentíssima Senhora Esther Dweck ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para prestar esclarecimentos sobre os cortes de verba de bolsas de estudo, educação básica e Farmácia Popular.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o comparecimento da Senhora Esther Dweck ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para prestar esclarecimentos sobre os cortes de verba de bolsas de estudo, educação básica e Farmácia Popular.

CD249708945200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249708945200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 12/04/2024 17:08:08.580 - CFFC
REQ n.95/2024

Isto porque, conforme noticiado[1], o governo Lula (PT) cortou verbas do Ministério da Saúde e de bolsas em universidade e da educação básica, entre outras ações, durante o ano de 2024. A diminuição de recursos ainda atingiu programas como o Criança Feliz e o financiamento das comunidades terapêuticas, estruturas voltadas ao tratamento de pessoas que fazem uso abusivo de álcool e drogas. O corte total feito em diversos ministérios supera R$ 4 bilhões. A medida foi tomada para adequar o Orçamento às regras do novo arcabouço fiscal.

Uma das iniciativas de destaque na área da saúde sob a gestão de Lula, o programa Farmácia Popular, sofreu uma redução de cerca de 20% nos recursos destinados à entrega de medicamentos com desconto.

Esse corte representa R$ 107 milhões dos R$ 140 milhões retirados do Ministério. Nesta modalidade, o Ministério financia até 90% do valor dos medicamentos para doenças como glaucoma e Parkinson, adquiridos em farmácias credenciadas. Contudo, os R$ 4,9 bilhões reservados para a entrega gratuita de medicamentos foram mantidos.

Neste segmento do programa, beneficiam-se, entre outros grupos, os inscritos no Bolsa Família. Segundo o ministério, o corte "não impactará no planejamento do Ministério de imediato", já que "ao longo do exercício financeiro, estes recursos poderão ser reestabelecidos e o planejamento anual ser executado de forma adequada." O MEC e o Ministério da Ciência e Tecnologia sofreram uma perda de cerca de R$ 280 milhões.

As ações voltadas para pesquisa e assistência estudantil em universidades e no ensino básico foram as mais afetadas. Dentro deste mesmo corte, a verba do CNPq (Conselho Nacional de

1 https://www1.folha.uol.com.br/amp/educacao/2024/04/governo-lula-corta-verba-de-bolsas-de-estudo-educacao-basica-e-farmacia-popular.shtml

CD249708945200
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249708945200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 12/04/2024 17:08:08.580 - CFFC
REQ n.95/2024

Desenvolvimento Científico e Tecnológico) foi reduzida em R$ 73 milhões, uma diminuição de cerca de 3,6% dos recursos da agência de incentivo à pesquisa.

Apesar do percentual ser baixo, as instituições de ensino têm reiterado reclamações sobre a falta de verba. Em dezembro, a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) mencionou que as universidades recebem uma verba "insuficiente". No que diz respeito à educação básica, o corte ultrapassou R$ 30 milhões.

Aproximadamente metade dessa cifra estava prevista para a produção e distribuição de material didático. Em 2023, o MEC teve seu caixa reforçado, após perder protagonismo durante o governo Jair Bolsonaro (PL) na indução de políticas públicas. No entanto, essa nova fase veio acompanhada de dificuldades na execução dos recursos. É comum que ações discricionárias sejam cortadas durante o ano para, por exemplo, reforçar gastos obrigatórios, como os da dívida pública ou sentenças judiciais, ou para adequar o Orçamento às regras fiscais. A recomposição desses valores depende do desempenho da economia, da arrecadação do governo, da redução de gastos obrigatórios, entre outros fatores. Em 2023, a verba discricionária aumentou entre o início e o fim do ano — e em 2024, até agora, houve uma redução.

No total dos cortes, o Ministério da Fazenda foi o que mais perdeu recursos discricionários, ou seja, verbas usadas no custeio e investimento que não estão comprometidas com obrigações como a folha salarial. Esta cifra caiu 15%, com um corte de R$ 485 milhões em ações destinadas, por exemplo, à tecnologia da Secretaria Especial da Receita Federal. Outra iniciativa importante da gestão Lula, o Bolsa Verde, teve 20% dos seus recursos cortados. O orçamento atual para o programa, que prevê repasse extra aos

CD249708945200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249708945200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 12/04/2024 17:08:08.580 - CFFC
REQ n.95/2024

beneficiários do Bolsa Família que vivem em regiões florestais sob risco de desmatamento, é de R$ 112 milhões.

O orçamento do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome foi reduzido em R$ 225 milhões. A pasta afirma que possui verba suficiente para a manutenção dos contratos do programa Criança Feliz até setembro. Este programa, que sofreu um corte de R$ 90 milhões, promove visitas domiciliares a gestantes e crianças e foi uma das iniciativas principais do governo de Michel Temer (MDB). O ministério também estima que dispõe de recursos para as comunidades terapêuticas até agosto. Tais estruturas geralmente são associadas a entidades religiosas e representam uma prioridade para parte dos parlamentares de direita, enquanto são rejeitadas por parte da esquerda.

Em nota, o Ministério do Planejamento informou que a baixa inflação de 2023 levou ao ajuste orçamentário. "Inicialmente, havia sido programado para este ano um total de R$ 32 bilhões em despesas condicionadas à apuração da inflação. Contudo, como o IPCA ficou abaixo do esperado, o montante efetivamente liberado foi de cerca de R$ 28 bilhões", explicou a pasta. "Este ajuste é o principal motivo para a redução de R$ 4,5 bilhões na estimativa de despesas discricionárias para 2024, conforme anunciado no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 1º Bimestre", acrescentou o ministério. Além desses cortes, o governo bloqueou outros R$ 2,9 bilhões do orçamento, bloqueio este que ainda pode ser revertido, por exemplo, com a eventual diminuição de despesas obrigatórias.

Os ajustes são decididos pelo colegiado da Junta de Execução Orçamentária (JEO), com base nas informações enviadas pelos ministérios. A JEO é o órgão do governo responsável por decisões relativas ao orçamento e é composta pelos Ministérios da Fazenda, do Planejamento (liderado por Simone Tebet), da Gestão (Esther Dweck) e da Casa Civil (Rui Costa).

CD249708945200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249708945200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

Apresentação: 12/04/2024 17:08:08.580 - CFFC
REQ n.95/2024

Por sua vez, o Ministério da Ciência e Tecnologia informou que o bloqueio de verbas estava previsto e que os recursos podem ser liberados durante o ano. "Este contingenciamento não afetará o pagamento das bolsas do CNPq", garantiu a pasta, que não comentou sobre o corte no orçamento. Procurado, o MEC não se pronunciou. Apesar dos cortes, o Ministério dos Povos Indígenas teve um aumento significativo em seu orçamento durante o ano, passando de R$ 850 milhões para R$ 1,3 bilhão, impulsionado pela liberação de cerca de R$ 1 bilhão a diversos órgãos para enfrentar a crise Yanomami. Esse aporte, realizado como crédito extraordinário, é destinado a despesas urgentes, como crises, e não exigiu o cancelamento de outras despesas.

Destarte, tendo em vista a competência de fiscalização do Poder Legislativo, apresentamos este requerimento para que sejam esclarecidas oficialmente questões sobre os cortes de verba de bolsas de estudo, educação básica e Farmácia Popular.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

CD249708945200

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249708945200
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo